

APRESENTAÇÃO*

Alex Barreiro

Nélia Aparecida Silva Cavalcante

Ana Lúcia Goulart de Faria

Este livro é resultado de pesquisas realizadas recentemente por professoras (es) pesquisadoras(es) brasileiras(os) vinculadas(os) à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (três professoras e seis pós-graduandas) e outras seis universidades públicas do país, tais como a Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade Federal de Lavras (Ufla), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a (Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), Universidade Federal de Feira de Santana, Bahia e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e duas faculdades privadas, Universidade São Judas e Faculdade Integradas Maria Imaculada/ Faculdade Santa Lúcia. Conta também com a participação de artigos de autora e autor de Universidades do exterior: a Universidade do Cabo Verde e a Universidade do Minho (Portugal), respectivamente, que dialogam com os temas presentes em quatro das linhas de pesquisas da Pós-Graduação da FE-Unicamp: Linguagem e Arte em Educação; Estado, Políticas Públicas e Educação; Filosofia e História da Educação e Educação e Ciências Sociais, com seis grupos de pesquisa e com três departamentos da FE.

Cabe ressaltar que este livro venceu o Edital público do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp (PPGE), com a verba PROAP-CAPES, a quem agradecemos a oportunidade de discutir nossas ideias e utopias.

Logo de início, é possível perceber a diversidade de temas e problemáticas que contemplam os textos presentes nesta obra, atravessados por preocupações e delineadores comuns, sendo eles: a infância, a Educação Infantil e a Pedagogia da infância com abordagem nas Ciências Sociais. Nesse sentido, este livro busca, como parte de seus

*DOI - 10.29388/978-65-86678-02-4-0-f.17-28

propósitos, apresentar às(aos) leitoras(es) a Educação Infantil como um espaço de disputa política, ou seja, desde a proposição de novas pedagogias que visem ao combate ao racismo, machismo, à homofobia, ao adultocentrismo, elitismo, dentre outros aspectos da violência que ocorre diariamente em nosso país, passando pelos desafios da valorização das(os) profissionais docentes que trabalham com as crianças, como as greves e paralisações, e que buscam a permanência de direitos adquiridos. E também a valorização da categoria, como bem destacou o professor da Educação Básica e pesquisador mestrando Artur Oriel Pereira, em seu texto neste livro: “A força que ainda move: educação das crianças, carreira docente e movimento de greve em São Paulo”.

Nesse sentido, pesquisadoras(es) dedicadas(os) a pensar a educação escapam às proposições das tradições científicas centradas nos quesitos de neutralidade e regularidade. Levam em consideração os fatores e as implicações culturais e sociais que passam a designar – a partir da consideração dos denominados marcadores sociais das diferenças – respectivos espaços na estrutura da sociedade, inviabilizando, na maior parte das vezes, que os sujeitos possam transgredir a edificação de fronteiras estabelecidas e que operam como instrumento de manutenção das desigualdades, que passam a naturalizar o olhar sobre a miséria e a violência.

Este livro busca um movimento contrafluxo às temáticas tradicionais da Educação, aquelas preocupadas exclusivamente com os métodos pedagógicos e inculcação na educação das crianças, encaradas em seu âmbito genérico, neutro e dito universal. Visamos, portanto, lançar luzes ao diálogo e à interlocução da educação das crianças¹, seja na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, seja nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com a conjuntura política, histórica e social brasileira, mas, sem perder de vista o movimento global que insere os países historicamente explorados pelos colonizadores, tratados como territórios de exploração e mero mercado consumidor do siste-

¹ Amparamo-nos na compreensão de infância prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando criança todo sujeito entre 0–12 anos de idade.

ma capitalista. Para isso, privilegamos pensar as questões de gênero na Educação da infância, o racismo estrutural e a luta por direitos com as contribuições teóricas da Sociologia da infância e da Pedagogia da infância, permitindo-nos problematizar as diferentes infâncias existentes.

Como sabemos, a partir das contribuições do historiador Ariès (1981), em sua obra *História Social da Criança e da Família*, a infância não se trata de um fenômeno puramente natural, ao contrário, ela foi construída ao longo das balizas históricas e sociais, e sua emergência se configura na modernidade pensando a infância burguesa. Contudo, de qual infância estamos falando? Varela e Uria (1992) nos chamam a atenção, destacando que para as crianças oriundas das elites e daqueles que possuíam alto poder aquisitivo, a tutela encontrava-se resguardada por meio da instituição familiar e do colégio, ao passo que, para as crianças pobres e desvalidas, restavam as instituições de caridade. Nesse sentido, o enfoque nas classes sociais é essencial para visibilizar a construção da desigualdade proporcionada desde o nascimento diferenciando o processo educativo, assim como os espaços em que as crianças residirão e os bens culturais aos quais terão acesso. A Sociologia da infância voltada para o coletivo infantil favorece justamente estudar esses fenômenos, produzindo seu arsenal teórico e conceitual, proporcionando um olhar diferenciado sobre as crianças, já que geralmente são concebidas apenas numa perspectiva normalizadora, prescritiva e moralizante.

A Sociologia da infância pensa a criança no coletivo social, a partir de seu protagonismo, de sua construção e autoria social, assim como de seus processos de socialização, interrogando e observando os processos de subjetivação e levando em consideração as culturas infantis, como têm nos mostrado algumas estudiosas e alguns estudiosos como Faria (2006; 2011) e Corsaro (2002; 2005; 2011), em vários de seus trabalhos. Ao perceber as crianças como produtoras de culturas, a Sociologia mobiliza o estatuto que elas ocupavam até então nas pesquisas, em que o infante, aquele que não fala (as palavras, mas se comunica com outras linguagens), tomado enquanto “informante não fi-

dedigno” pela Sociologia clássica (MARTINS, 1991). Com a Sociologia da infância, elas passaram a ser ouvidas (já que voz, sempre tiveram) e ter suas histórias e as culturas infantis reconhecidas, desestabilizando a hierarquia do adulto na ordem discursiva, questionando o olhar adolto-cêntrico das pesquisas e do tratamento dos dados.

Por isso, pensar a Educação Infantil e a infância sob a perspectiva da Sociologia da infância é uma tarefa relevante, para que possamos, enquanto pesquisadores e pesquisadoras, fundar e produzir referenciais de importância para se pensar as especificidades da diversidade das infâncias brasileiras, assim como das intenções e dos dispositivos jurídicos e da política que almejam governá-las. Mas, para isso, como ressaltou Perlbart, não é suficiente reconhecer apenas as diferenças identitárias; contudo, cabe a intensificação das diferenciações, precisamos incitá-las, criá-las, “recusar a homogeneização sutil, mas despotica em que incorremos às vezes, sem querer, nos dispositivos que montamos quando os subordinamos a um modelo único, ou a uma dimensão predominante”. (1993, p. 23).

Nesta toada, a primeira parte deste livro, **Pensando infância, raça e etnia**, dedicou-se a pensar as questões étnico-raciais. Por isso, no texto “A construção de uma pedagogia antirracista como estratégia revolucionária”, a pesquisadora doutora Carolina Santos Barroso de Pinho apresenta elementos de uma pedagogia antirracista como fundamento para uma revolução social. Partindo de dados da realidade que comprovam que o conflito entre os interesses privados e coletivos se acirra em nossa sociedade, a autora, com pesquisa na Filosofia, considera importante a consolidação de táticas para a construção de uma sociedade pautada em valores para além do capital. Considera que o papel da educação é fundamental para criar estratégias para a transformação quanto para a elevação do padrão cultural dos grupos oprimidos, como instrumento para a construção de uma nova ordem social.

No segundo capítulo, “Culturas infantis em terreiros de candomblé: um universo arlequinal em uma pauliceia desvairada”, o Babalorixá Antônio Paulino de Andrade e a professora e pesquisadora doutora Ellen Gonzaga Lima Souza relatam parte das vivências do ba-

balorixá com as crianças do Ilê Axé Omo Oxé Ibalatan. O texto privilegia as narrativas das crianças, que servem como orientação para a construção de outras pedagogias que tenham perspectiva decolonial. A autora e o autor se inspiram na obra de Mario de Andrade, *Pauliceia Desvairada*, para costurar de forma arlequinada ensaios acerca do que seria uma “paulistanidade nagô”.

Ainda nas discussões raciais no Brasil, a professora de Educação Básica e doutoranda Mariana Semião de Lima, em “As crianças no movimento Hip Hop: participação de mulheres – representatividade e (re)existências”, lembra nossas leitoras e nossos leitores que ser mulher, negra, pobre e de periferia significa não ser reconhecida ou ouvida, e que, portanto, pensar a trajetória dessas mulheres em um movimento cultural – também marginalizado – evidencia a importância de outros conhecimentos e saberes para o fortalecimento de identidades. A autora discute os resultados de pesquisa de seu mestrado, como o empoderamento de mulheres no território masculino do Hip Hop contribui para que meninas negras discutam temas como preconceito, racismo, machismo e tragam as reflexões para que outras meninas se amem a partir do reconhecimento de seus referenciais culturais e de ancestralidade. Para tanto, ela realizou sua pesquisa de cunho etnográfico com três importantes mulheres atuantes do gênero musical rap.

Na segunda parte do livro, discute-se a relação entre **Infância e corporalidade**, trazendo as contribuições da professora e pesquisadora em arte Alik Wunder, em “Infância yudjá e a Educação em um mundo vivo: pensamentos em torno do filme *Waapa*”. O curta-metragem, analisado pela autora, traz, em vinte e dois minutos, imagens, palavras e sons que desenham alguns dos princípios da educação do corpo das crianças Yudjá. Waapa significa remédio ou elemento da natureza que ensinam.

Há, nesse filme, conforme Wunder, um modo de pensar a educação das crianças para além das relações entre humanos. Há um corpo em relação constante com diversos outros corpos não humanos da terra e do cosmos. Há uma educação e uma conversa aberta com a

lua, as aranhas, as gazelas, o rio, um “mundo todo vivo”, como aponta o antropólogo Tim Ingold (2017). Nesse outro mundo, a perspectiva dos homens/mulheres não é central, nele há aberturas às perspectivas, intenções e forças de todos os outros seres que habitam o cosmos. Como seria repensar alguns conceitos que perpassam as práticas e teorias educacionais a partir de uma escuta atenta aos seus modos indígenas de educar? Como essa educação yudjá em um “mundo todo vivo” pode contagiar nossos modos de pensar a educação e a infância?

Isabela Brunini Simões Padula e Vivian Collela Esteves, no texto “Infâncias, Educação e Resistência: pensando os corpos infantis e suas multiplicidades”, “buscam compreender a forma como os diferentes corpos infantis, especialmente aqueles dissidentes dos padrões normalizadores, guiados por estereótipos de gênero, existem e resistem no cotidiano da Educação Infantil brasileira, pensando ainda a influência de outros marcadores sociais da diferença, tais como raça e classe nas experiências das crianças dentro desses espaços. As pesquisadoras mestrandas trazem aportes teóricos oferecidos pelos estudos das infâncias em interlocução com as teorias de gênero, para discutir as problemáticas introduzidas oriundas dos resultados parciais das pesquisas em andamento.

Aline Rodrigues Santos, Elisabete dos Santos Freire, Isabel Porto Filgueiras e Thayse Polidoro João finalizam a segunda parte com o capítulo “Participação das crianças e Educação Física: integrando linguagens e a voz das crianças”, centrando-se na descrição de uma experiência de construção do currículo diante do interesse e interação das crianças. Para as autoras, a Educação Física deve dialogar e construir conhecimento, a partir do interesse e da participação das crianças. Partindo da pesquisa de mestrado de Santos, apresentando como o universo das brincadeiras de cultura corporal conectam-se com a apreciação e produção de obras de arte visual, em um processo que partiu do interesse das crianças e integrou aprendizagens em múltiplas linguagens. Conforme Santos, tendo em vista que, nas últimas décadas, professoras e professores de Educação Física e pesquisadoras e pesquisadores da área têm buscado construir práticas inovadoras que

considerem as culturas infantis e os direitos participativos das crianças na construção do currículo, esse estudo se posiciona numa perspectiva de lidar com a Educação Física a partir de um olhar inovador, em que a participação das crianças e a parceria entre professoras(es) é o motor para a construção de uma nova lógica no cotidiano. Nesse sentido, quando as crianças são participantes da construção do currículo, sentem-se ouvidas na partilha dos seus saberes e experiências, que se traduzem numa melhoria no ambiente escolar, em relações mais democráticas e solidárias.

A terceira parte do livro, **Políticas públicas, lutas docentes e Educação**, busca, a partir dos reflexos da Sociologia da infância e da Pedagogia da Educação Infantil, problematizar questões que tangenciam a política pública da educação, assim como a luta docente e a participação das crianças e da família na construção da realidade social. E nessa empreitada, o pesquisador mestrando professor da Educação Básica Artur Oriel Pereira, em “A força que ainda move: educação das crianças, carreira docente e movimento de greve em São Paulo”, a partir de uma etnografia desenvolvida no contexto da Educação Infantil municipal da capital de São Paulo, destaca a experiência com a greve municipal de 2019, que ocorreu durante sua entrada em campo de pesquisa. Partindo de algumas indagações de como as(os) professoras(es) articulam práticas de apoio uns com os outros nos momentos de luta, como as famílias e as crianças matriculadas nas creches, pré-escolas e escolas entendem e participam ou não da greve, e como o governo reage frente às reivindicações das(os) servidoras(es) públicas(os) municipais, Pereira apresenta dados referentes às manifestações e assembleias que aconteceram na região central da cidade, focando as análises na educação das crianças e na valorização da carreira docente.

Dando continuidade à terceira parte do livro, a professora e pesquisadora doutora Maria Aparecida Guedes Monção, em seu texto “A comunicação cotidiana entre professores e famílias no processo de compartilhamento da educação e da criança pequena na Educação Infantil”, interroga e problematiza a comunicação cotidiana entre educa-

doras(es) e famílias nas instituições de Educação Infantil. Seu objetivo é analisar a interação entre famílias e educadoras(es) em um CEI da rede municipal de São Paulo, e, para isso, ela recorre à etnografia como parte dos procedimentos metodológicos da pesquisa de doutorado, além da análise documental e entrevista semiestruturada com profissionais docentes e famílias. A primeira parte de seu texto situa a temática da relação entre educadora(e)s e família na legislação educacional e nos estudos brasileiros e italianos, enquanto a segunda parte busca analisar como se efetiva a comunicação cotidiana entre educadora(e)s e famílias no CEI pesquisado.

Para a autora e pesquisadora doutoranda, coordenadora na rede municipal de Educação Básica, Nélia Aparecida da Silva Cavalcante, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica no Brasil, sempre ocupou um papel secundário nas políticas públicas para a educação nacional. Com a Constituição Federal de 1988, ela passa a ser determinada como direito das crianças pequenas e pequenininhas e de suas famílias, o atendimento em creches e pré-escolas públicas, bem como delimita o atendimento à demanda aos municípios. Contudo, estabelecer um direito não garante sua efetivação na prática, porém, há mecanismos legais que obrigam governantes a cumprirem a lei; no entanto, as formas encontradas por estas/estes nem sempre são eficientes. Nesse capítulo, a autora apresenta a resposta que o município de Campinas concedeu ao Ministério Público em 2005, quando cobrado pelo déficit de mais de quinze mil vagas nas creches e pré-escolas campineiras: o Programa Naves-Mãe, uma iniciativa de privatização da Educação Infantil no município, a partir de parcerias público-privadas. Com os resultados da pesquisa do Mestrado, ela divide sua escrita em três seções: a primeira, em que será apresentada a composição da Educação Infantil em Campinas; a segunda seção apresenta a organização e os princípios que regem o Programa Naves-Mãe em Campinas e o processo de parcerias público-privado; e, por fim, na terceira seção serão apresentadas as implicações que esse programa traz para a educação das crianças nas creches e pré-escolas, bem como para a garantia de seus direitos.

Fabiana Oliveira Canavieira apresenta em seu texto “Entrelaçando participação infantil às práticas democráticas: um (re)abitar a Educação Infantil” os resultados de pesquisa de seu doutorado, estudos referentes à participação infantil e como se relacionam com princípios democráticos na educação da pequena infância. No texto, a pesquisadora e professora doutora problematiza até que ponto os discursos a respeito da centralidade das crianças em seu processo educacional se articulam, ou não, às práticas pedagógicas democráticas na Educação Infantil e pautam a cidadania ativa das crianças. Canavieira traça uma breve revisão da temática da *participação infantil*, partindo da Sociologia da infância, buscando apresentar as contribuições da Filosofia política para o tema e para o avanço do campo dos Estudos Sociais da Infância e das Crianças; por último, realiza a defesa da tematização e ressignificação do debate sobre democracia e educação democrática, iniciando-a pela educação infantil.

Adriana Alves Silva, doutora, professora e pesquisadora, apresenta, no capítulo “Por uma Educação Infantil feminista: pedagogia, política e poéticas da resistência”, um percurso de pesquisa e criação do Doutorado em Educação (FE/Unicamp, 2014), posteriormente desdobrado em uma pesquisa em andamento – no contexto da pesquisa Brasil–Itália na rede municipal de Florianópolis, envolvendo distintas e complementares frentes: com, para e das crianças pequenininhas. Em um primeiro movimento, apresenta alguns fragmentos do resultado da pesquisa de doutorado em relação às poéticas e culturas infantis a partir do tema da *estética da infância no cinema*; no segundo movimento a interlocução despertada no estágio “sanduíche” na Itália, em 2012, acerca do feminismo, mediante a violência contra as mulheres no contexto italiano e o cinema documentário de Cecilia Mangini – com o clássico *Essere Donne*, de 1965, chegando à produção documental contemporânea latino-americana que lhe vem inspirando em seu trabalho com formação continuada sobre as relações entre a pedagogia da infância e o movimento feminista. Por fim, um terceiro movimento apresenta alguns apontamentos para uma Educação Infantil em uma perspectiva de práxis feminista, a partir da sua experiência como

professora na/da creche municipal, partindo do pressuposto de que a Educação Infantil é fundamentalmente um campo de construção política, entre práticas e poéticas das resistências, envolvendo a luta das mulheres, conscientização quanto à divisão sexual do trabalho nos processos de reprodução da vida, com suas contradições e possibilidades.

Finalizando a terceira parte do livro, a professora e pesquisadora Vanderlete Pereira da Silva, em “Diversidade cultural e resistência: as mulheres manauaras e a educação das crianças pequenininhas”, chama a atenção para a situação observada na educação das crianças pequenininhas indígenas, que vivem na zona urbana dos municípios brasileiros, que, embora protegidos pelas legislações, as crianças vivem à margem dos direitos, dentre eles o direito à educação. Diante dessas constatações, resultados parciais de sua pesquisa de Doutorado, a autora considera necessário problematizar algumas questões que se interpõem entre o direito, a cultura e os processos de colonização, impostos aos povos originários e que têm repercussão direta na educação das crianças, a saber: como funciona o acesso à creche para as crianças indígenas que vivem na zona urbana? As mães buscam a vaga para seus filhos e filhas ou receiam a descaracterização de suas culturas? Como a colonização continua afetando as formas de educar e cuidar das crianças pequenininhas indígenas?

Na quarta e última parte deste livro, **Contribuições afro(e) lusitanas para se pensar a Educação**, a professora e pesquisadora africana Catarina Furtado–Fernandes Delgado, da Universidade do Cabo Verde, em “*Idukason di pikinoti*– Trajetória histórica da Educação Pré-Escolar em Cabo Verde”, apresenta uma síntese da trajetória histórica da Educação Pré-escolar no país, desde a década de 1970. Pesquisa com coleta de dados por técnicas qualitativas, análise documental e entrevista semiestruturada, seu estudo permite compreender o percurso histórico, bem como a opinião das atrizes e dos atores sociais no que concerne à trajetória do subsistema. E conclui que, embora a Educação Pré-escolar apresente um movimento crescente, ainda não tem uma política clara para o sistema.

No último texto do livro, “Educação e direitos da criança em situação de risco e perigo social: uma análise dos marcos legais para a primeira infância, no Brasil e em Portugal”, o professor português, pesquisador da Universidade do Minho, Fernando Ilídio Ferreira, e Ana Kátia Alves dos Santos, da UFBA, desenvolvem uma análise comparativa entre a educação da infância no Brasil e em Portugal.

Referências

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CORSARO, William. A. Reprodução interpretativa no brincar ao “faz-de-conta” das crianças. **Educação, Sociedade e Culturas**, Porto-PT, n. 17, p. 113–134, 2002.

_____. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 443–464, maio/ago. 2005.

_____. **Sociologia da Infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 279–287, jan./jun. 2006.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela. Apresentação. *In*: _____. (Orgs.). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011. p.1–15.

MARTINS, José de Souza (org.). **O massacre dos inocentes**: a criança sem infância no Brasil. SP: Hucitec, 1991.

PERBALT, Per. A. **Nau do Tempo–Rei**: 7 ensaios sobre o tempo da loucura. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

VARELA, J. & URÍA–ALVAREZ, F. A maquinaria escolar. **Revista Teoria e Educação**, 6, 68–96, 1992.

